

Sem garantir direito à vida, proposta da Petrobrás é rejeitada!

Conselho Deliberativo discute na terça (22) rumos da campanha

Os trabalhadores do Sistema Petrobrás atenderam ao indicativo da FUP e rejeitaram por ampla maioria a segunda proposta apresentada pela empresa no dia 14. As assembleias já foram concluídas em Minas Gerais, Ceará, Rio Grande do Norte, Amazonas, Rio Grande do Sul e na Bahia, onde os trabalhadores também aprovaram iniciar a greve no dia 16 (veja matéria no verso). No Norte Fluminense e no Paraná/Santa Catarina, os sindicatos decidiram não realizar as assembleias, em protesto contra as ações antissindi-

cais da Petrobrás. Nas demais bases, as assembleias prosseguem até segunda-feira, 21, mas os resultados parciais já garantem a rejeição da contraproposta.

Na terça-feira, 22, o Conselho Deliberativo da FUP volta a se reunir, pela quinta vez nesta campanha, para avaliar as assembleias e definir os rumos da luta dos petroleiros por um acordo que garanta o direito à vida e avanços nos benefícios, condições de trabalho e salários. A Petrobrás, além de não responder as principais reivindicações dos trabalhadores em relação

à saúde e segurança, também não atendeu outras cobranças da categoria, como avanço automático de nível e o restabelecimento da dobradinha. A empresa continua resistente em garantir a plena participação dos sindicatos nas reuniões das CIPAs e em todas as comissões de apuração de acidentes. A defesa da vida é o eixo principal dessa campanha e por isso a categoria está na iminência de uma greve por tempo indeterminado, cuja data será discutida pela direção da FUP e seus sindicatos filiados na reunião do Conselho Deliberativo.

Quebrar o autoritarismo da gestão de SMS

Romper com a gestão autoritária de SMS que tem sido perpetuada pela Petrobrás e subsidiárias é uma luta constante da FUP e de seus sindicatos. Nesta campanha reivindicatória, os petroleiros aprovaram uma greve em defesa da vida, sinalizando para a empresa e o governo que é preciso, sim, mudar essa política herdada da ditadura, acabando com as subnotificações de acidentes e garantindo a transparência e democratização das práticas de SMS, a partir de propostas construídas conjuntamente com trabalhadores. Só assim, poderemos começar a frear essa sangria que tem consumido centenas de vidas de

companheiros de trabalho para garantir os records de produção e lucro da Petrobrás e, consequentemente, as metas dos gestores.

Para que comecemos a alterar essa realidade, cobramos mudanças estruturais na política de SMS da Petrobrás e subsidiárias, como:

1 - Garantir aos sindicatos o embarque e a participação nas reuniões de todas as CIPAs offshore;

2 - Garantir aos sindicatos a participação em todas as comissões de apuração de acidentes, independentemente da gravidade da ocorrência. Após a explosão na P-36, em 2001, os petroleiros tiveram que fazer uma greve nacional na-

quele mesmo ano para conquistarem o Direito de Recusa e a participação dos sindicatos nas comissões de apuração de acidentes fatais. A Petrobrás continua resistente em garantir a participação dos sindicatos em todas as comissões de apuração de acidentes;

3 - Retirar o TFCA (Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento) dos indicadores corporativos da Petrobrás e subsidiárias;

Precisamos avançar muito mais na construção de uma nova política de SMS. Lutar para que essas reivindicações sejam atendidas é o primeiro passo para buscarmos os demais avanços que reivindicamos.

Greve na Bahia é marcada por cárcere privado e truculência da Petrobrás

Como em outros movimentos grevistas, os gestores da Petrobrás excederam nas práticas antissindiciais, agindo com truculência, autoritarismo e sem qualquer responsabilidade com a segurança operacional e a vida dos trabalhadores. Ao tentarem criminalizar a greve dos companheiros da Bahia, chamando a Polícia Militar e mantendo os petroleiros sob cárcere privado em unidades como a Rlam e o Terminal de Madre de Deus, a Petrobrás e a Transpetro, além de atropelarem a Lei de Greve, revelaram, mais uma vez, o despreparo dos seus gestores quando são confrontados.

No vale tudo para não interromper a produção, as gerências cometeram todos os tipos de excessos, desde atropelar as normas de segurança, até assédio, ameaças de punição e demissões de trabalhadores terceirizados que ficaram retidos nas unidades contra sua vontade. A Petrobrás se utilizou inclusive de força policial para tentar impedir a ação dos grevistas, causando confrontos desnecessários com a Polícia Militar. Na Rlam, os trabalhadores foram mantidos sob cárcere privado por mais de 68 horas.

A greve na Bahia, decidida pelos trabalhadores nas assembleias que rejeita-

ram a contraproposta da Petrobrás, fortalece a luta da categoria por um acordo com avanços e que garanta de fato o direito à vida. A FUP orientou os sindicatos a intensificarem as mobilizações, preparando os petroleiros para uma greve nacional, por tempo indeterminado, como foi aprovado nas assembleias. Nas últimas semanas, várias bases da FUP tornaram a reforçar as paralisações surpresa e "Operação Gabrielli".

Saiba mais sobre a greve na Bahia, acessando: www.fup.org.br/noticias.php?id=5726

FUP denuncia ao MPT práticas antissindiciais

Na segunda-feira, 21, a FUP volta a se reunir com a Procuradoria Geral do Trabalho para tratar das denúncias de práticas antissindiciais da Petrobrás e subsidiárias, em função da greve aprovada pela categoria nas assembleias. Diversas ações de flagrante desrespeito à livre organização sindical têm sido relatadas e denunciadas pe-

los trabalhadores e sindicatos, como equipes de contingência nas plataformas e demais áreas operacionais (só na Bacia de Campos, a empresa embarcou cerca de 700 supervisores, gerentes e outros "fura greves" que não estavam na escala); cárcere privado na Rlam e outras unidades da Bahia, durante a greve dos trabalhadores; pressão,

assédio e ameaças aos petroleiros que participam das paralisações surpresa e "Operação Gabrielli"; proibição da presença de dirigentes sindicais nas áreas, entre outras truculências dos gestores. Essas e outras denúncias dos sindicatos serão apresentadas à Procuradoria Geral do Trabalho nesta segunda-feira, 21.

O caso Chevron, a insegurança na indústria de petróleo e o descaso da mídia

Os ambientalistas calculam que pode passar de três mil barris a quantidade de petróleo derramado pela Chevron no campo de produção de Frade, na Bacia de Campos, que é operado pela multinacional, com 30% de participação da Petrobrás. O vazamento foi identificado no dia 07 de novembro, sem grandes alardes, nem investigações contundentes, muito menos repercussão na mídia. Somente após a presidenta Dilma ter se pronunciado, no dia 11, cobrando "uma rigorosa apuração das causas do acidente, bem como de suas responsabilidades", é que o caso passou a ser pautado na imprensa, que ainda assim, apurou sem maiores rigores o acidente e sequer fez referência à falta de transparência com que a Chevron tem tratado o caso.

A FUP e seus sindicatos vêm denunciando há anos a falta de segurança na indústria de petróleo no Brasil, tanto em relação às

unidades do Sistema Petrobrás, quanto no que diz respeito às empresas privadas. Em reuniões com o Ministério das Minas e Energia, a ANP, MPT e outros órgãos fiscalizadores, a FUP tem denunciado as condições precárias de trabalho e segurança nas atividades de petróleo. Só este ano, foram 16 mortes por acidentes de trabalho em unidades da Petrobrás e suas subsidiárias. São pelo menos 310 petroleiros mortos desde 1995, em acidentes que poderiam ser evitados, se os gestores da Petrobrás atendessem as reivindicações da FUP e de seus sindicatos. Por causa disso, a categoria está na iminência de uma greve nacional.

Terceirização

No caso das petrolíferas privadas, a situação é ainda mais grave, pois a Shell, Chevron, BP, OGX, entre outras não aceitam a representatividade da FUP e de seus

sindicatos. Além disso, terceirizam praticamente toda a operação das plataformas. Os três poços da Chevron no campo de Frade são todos perfurados pela plataforma SEDOC 706 da Transocean, a mesma empresa envolvida no maior vazamento da história da indústria de petróleo, ocorrido em abril do ano passado, no Golfo do México. Ela prestava serviços para a BP e uma de suas plataformas de perfuração explodiu, matando 11 trabalhadores e derramando cerca de 5 milhões de barris de óleo no mar. A Transocean perfura poços no Brasil também para a Petrobrás e volta e meia é denunciada pelos sindicatos por suas práticas antissindiciais e riscos a que expõe os trabalhadores, muitos deles vítimas de acidentes graves.

Leia a íntegra da matéria: <http://www.fup.org.br/noticias.php?id=5723>